

Entendimento com os...

por Getúlio Bittencourt
de Nova York
(Continuação da 1ª página)

Dúvida Ext

21 JUN 1991

No café da manhã de ontem, o presidente Collor primeiro passou a palavra ao ministro Marcílio, que fez uma exposição sobre a posição brasileira quanto à negociação da dívida externa. E, na descrição de Rezek, os dois lados se referiram "ao que vem a ser exatamente capacidade de pagamento".

O chanceler disse que os brasileiros enfatizaram que a "capacidade de pagamento não é algo estático, não é algo que se estratifica e resiste ao passar do tempo. Não, é algo extremamente cambiante, e ninguém gostaria mais de ver aumentar sua capacidade de pagamento que o Brasil".

Ele acrescentou que "não apenas é o que esperamos venha a acontecer no curto prazo. Nós também observamos que em países outros, devedores, munidos de igual boa vontade e de menores recursos, de menor potencial econômico na sua totalidade, mudanças muito rápidas na capacidade de pagamento ocorreram, em prazos muito curtos".

O presidente do Banco Central do Brasil, Francisco Gros, que teve conversas separadas com o presidente do FED, Greenspan, disse ontem a este jornal que o "conceito de capacidade de pagamento continua. A razão é simples: a maior parte da dívida brasileira é pública, e seu pagamento depende da disponibilidade fiscal do Tesouro. A rigor, como conceito abstrato, a capacidade de pagamento é uma tautologia; é óbvio que só se pode pagar com o que se tem...".

Mas Gros observa que "a

percepção do conceito aqui estava muito distorcida, ou porque não explicamos direito, ou porque não quisram entender. O que nós estamos enfatizando agora é que o conceito não é estático; a nossa capacidade de pagamento varia, é flexível, e acho que isso enfim ficou claro".

A definição do ministro Marcílio foi semelhante. "O conceito de capacidade de pagamento continua válido", explicou. "O que acontece é que o conceito não é estático como uma fotografia. É dinâmico como um filme", acrescentou.

Rezek estendeu-se no tema, cuidadosamente, para explicar que o presidente Collor não abandonou o lema que defende desde a campanha eleitoral, de que a dívida será paga com o que sobrar depois que o País garantir seu crescimento econômico.

Mas, argumentou o chanceler, "há uma realidade da qual não podemos fugir. E essa composição com a comunidade financeira é indispensável, porque sem ela o País simplesmente não recebe divisas, não recebe recursos".

O ministro Marcílio concorda, e cita exemplos práticos: "No ano passado o México captou US\$ 8,4 bilhões nos mercados de capitais, e, nos primeiros três meses deste ano, tornou-se o maior captador de recursos no mercado de eurodólar, pagando uma taxa de apenas 0,2% acima da Libor. Vem captando cerca de US\$ 1 bilhão por mês a taxas muito baixas", informou.

A questão de um programa brasileiro no Plano Brady foi examinada durante o café da manhã, confirma o chanceler, "e houve sintonia entre as partes. A conversa de hoje conti-

nuou nesse sentido, de que é preciso encontrar soluções em comum e é preciso que a informação mútua, a troca de idéias, seja algo constante. Isso significa uma ajuda permanente, mesmo que no plano das idéias, numa fase em que do ponto de vista formal o governo norte-americano não é o interlocutor. Mesmo quando tratarmos com o Fundo, mesmo quando tratarmos com os bancos".

Em Nova York, mais tarde, o ministro Marcílio acrescentaria que o Brasil quer fazer um acordo pelo Plano Brady mais no estilo da renegociação da Venezuela (que criou 50% de instrumentos pelo Plano Brady e 50% de outros tipos de instrumentos) do que do México (que consolidou sua dívida com 80% das opções no menu do Plano Brady — veja a íntegra da entrevista do ministro da Economia nesta página).

Rezek foi conclusivo ao dizer que "não dá para produzir a idéia de uma atitude não cooperativa, no que concerne ao entendimento com a comunidade financeira internacional. Não. Nós somos um país necessitado de fluxos financeiros vindos de fora, e em caráter constante, e sabemos que isso acontece se não houver uma correta composição com o sistema financeiro internacional".

No final da tarde de ontem, o executivo internacional sênior do Citicorp, William Rhodes, divulgou uma nota previamente submetida a Marcílio Marques Moreira no Hotel Plaza informando que o Brasil deve pagar aos bancos cerca de US\$ 900 milhões no dia 1º de julho. Rhodes disse que a ação do Senado "foi outro passo importante do Brasil na restauração de suas boas relações com a comu-

nidade financeira internacional" (ver matéria acima).

Ele acrescentou que o "périplo" do Comitê Assessor de Bancos para vender o acordo sobre os juros atrasados, que o Senado aprovou, começa no dia 1º de julho em Tóquio e termina no dia 10, em Nova York.

A renegociação do principal da dívida começa no final de julho.

Entendimento com os bancos é indispensável

21 JUN 1991

GAZETA MERCANTIL

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

Um entendimento do Brasil com a comunidade financeira internacional "é indispensável, porque sem ela o País não recebe recursos" que garantam o crescimento da economia, disse ontem pela manhã em Washington o chanceler José Francisco Rezek, ao fazer um balanço da viagem de quatro dias do presidente Fernando Collor de Mello aos EUA.

O que o ministro Rezek quis dizer, acrescentaria à tarde em Nova York o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, "é que sempre foi a política do presidente Collor não fazer o confronto com os bancos credores. O que acontece é que algumas propostas brasileiras na renegociação da dívida foram erradamente interpretadas aqui como confrontadoras, talvez por serem inusitadas".

A questão do conceito de "capacidade de pagamento" defendida pelo governo brasileiro foi "amplamente esclarecida" no café da manhã que o presidente Fernando Collor de Mello teve ontem em Washington com o secretário do Tesou-



Francisco Rezek

ro, Nicholas Brady; o presidente do Federal Reserve Board (Fed), Alan Greenspan; e o subsecretário do Tesouro, David Mulford, acrescentou Rezek.

O encontro foi "muito útil, muito útil", disse na saída o secretário Brady. Numa breve entrevista, "O presidente tem uma boa compreensão da situação internacional no que se refere a finanças. E fez um quadro muito forte da situação brasileira, que foi muito bem recebido por nós aqui nos Estados Unidos".

O que os Estados Unidos esperam agora do Brasil? Segundo Brady, o presidente Collor "disse que as negociações vão continuar, e ele espera que tenham sucesso". Na despedida de Collor, o secretário de Estado em exercício, Lawrence Eagleburger, informou que justamente para isso o presidente brasileiro deixou em Washington o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, "para continuar as conversas".

O governo Bush vai ajudar? "Naturalmente, nós queremos ajudar", disse o secretário do Tesouro. Na descrição do chanceler José Francisco Rezek, que participou do café da manhã, junto com o ministro Marcílio, "a viagem teve resultados acima dos esperados". O presidente Collor, ao embarcar em Washington para Nova York, estava lacônico, mas feliz: "Bom, estou muito satisfeito, muito satisfeito", repetiu.

Mas, em relação aos próximos passos que o País deve adotar, as autoridades norte-americanas insistiram no ritual sagrado pelo sistema financeiro internacional: acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), negociação com os bancos comerciais e depois acordo pelo Plano Brady. "Esta é uma descrição metálica e exata do figurino. O figurino é esse", reconheceu o chanceler Rezek ao fazer o balanço da viagem

ontem pela manhã. "Não diria tampouco que o Brasil repudia esse ritual. O que há é que esperamos que isso se possa desenvolver com rapidez."

Ele não quis especificar o que chama de "rapidez, porque até os nossos elementos da área econômica evitam precisões nesse sentido". Os porta-vozes do governo Bush falaram em sustentação de um programa do Brasil "por algum tempo" e em "vários passos" adiante antes de o País entrar no programa de redução da dívida pelo Plano Brady.

Rezek admitiu que "não se pulam etapas" no ritual do sistema financeiro internacional, mas observou que "também não é verdade que não exista diálogo político entre o Brasil e os Estados Unidos mesmo nas primeiras etapas do processo, mesmo nas que tenham a ver com o FMI e os bancos privados".

(Continua na página 7)

O governo brasileiro fará no dia 1º de julho o primeiro pagamento, de até US\$ 900 milhões, relativo ao acordo dos juros atrasados, aprovado anteontem pelo Senado Federal. A informação foi confirmada ontem pelo embaixador Jório Dauster, negociador da dívida externa brasileira, e por William R. Rhodes, principal executivo internacional do Citibank.

(Ver página 7)